



## **RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS NA UFPR**

Raquel Angela Speck<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente texto tem como objetivo registrar e compartilhar uma experiência de formação e qualificação profissional em inclusão, acessibilidade e direitos humanos, voltado para servidores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ocorrido entre os meses de setembro e dezembro do ano de 2024. Tratou-se de um curso remoto de sessenta horas no qual desempenhei as funções de instrutora e mediadora. A formação foi composta por vinte e quatro encontros, em que cada um tratou de uma temática relativa ao grande eixo: “Inclusão, Acessibilidade e Direitos Humanos”, sendo que, para cada um deles, houve um especialista convidado para apresentar o assunto. O curso teve um total de trinta participantes e nele foram abordados temas como acessibilidade digital, sociologia da acessibilidade e acessibilidade comunicacional, legislação relativa à educação especial e inclusiva, Desenho Universal para a Aprendizagem, atendimentos especializados no Ensino Superior, capacitismo, bem como os direitos das pessoas com deficiência. A variedade de temas e especialidades dos palestrantes convidados resultou em uma experiência formativa única e rica que proporcionou aos cursistas uma visão geral sobre os temas e a sensibilização para a deficiência, observado pelos relatos coletados ao final da formação. Na qualidade de instrutora e mediadora, elaborei uma síntese dos encontros como forma de compartilhar a experiência com a comunidade acadêmica e em geral, assim como os interessados nas temáticas abordadas. Como ações subsequentes, pretende-se produzir registros específicos de cada encontro a partir das transcrições dos mesmos, compondo-os em forma de ebook.

**Palavras-chave:** Inclusão, Acessibilidade, Direitos Humanos, Qualificação Profissional.

### **INTRODUÇÃO**

No mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro iniciou-se o curso de qualificação profissional denominado “Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência” para servidores (técnicos e professores) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O curso, que teve um total de sessenta horas, ocorreu no âmbito das ações formativas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, por meio da Unidade de Capacitação e Qualificação. Esta unidade é responsável por supervisionar e executar as atividades relativas à capacitação e qualificação dos servidores da Universidade Federal do Paraná e atividades correlatas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. UFPR - Setor Palotina. E-mail: raquel.speck@ufpr.br



Para dar conta de receber o maior número de inscrições possível, a formação foi ofertada de forma remota, com encontros síncronos via *Teams*. O cronograma foi disponibilizado logo no início aos participantes e nele estavam previstos vinte e quatro encontros que foram realizados nas terças e sextas pela manhã. Servidores de diferentes setores e campus da UFPR se inscreveram, inicialmente um total de trinta e oito inscritos, dos quais trinta concluíram.

A escolha do tema não foi aleatória. A necessidade de conhecimentos nos temas da inclusão, da acessibilidade e dos direitos humanos foram apontados pelos servidores na pesquisa institucional, um instrumento interno que visa estimular o autoconhecimento e aprimorar a instituição, por meio de uma análise reflexiva dos resultados, que levam os gestores a nortear o planejamento interno das unidades e a priorizar as ações de melhorias com base na percepção da comunidade interna.

A partir de edital interno ocorreu o chamamento de servidores interessados em atuar como instrutores nas propostas de formações daí resultantes. Como profissional pertencente ao quadro próprio da UFPR há onze anos e como professora da disciplina de Educação Especial e Educação Inclusiva nesta instituição, manifestei interesse via inscrição e fui, então, selecionada para esta atividade. A partir daí entrei em contato com diferentes especialistas, incluindo professores, pesquisadores, promotores de justiça, profissionais da segurança pública, autores de livros e profissionais liberais convidando-os para dividirem seus conhecimentos e experiências. Ao todo, participaram como palestrantes trinta e três convidados, sendo que em alguns encontros a dinâmica estruturada foi de mesa temática, sendo composta por dois ou três integrantes. Todos os palestrantes convidados possuem em seus currículos notada experiência com os temas do curso e com a sua ementa, a saber: “Conceitos gerais de acessibilidade e inclusão; Direitos das pessoas com deficiência; Atendimento a pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e psicossocial; Acessibilidade e inclusão como direito humano”.

A proposição deste curso encontra relevância na medida em que o serviço público necessita, cada vez mais, consolidar um desempenho competente de suas atribuições, alinhando-se firmemente aos propósitos de uma sociedade plural e diversa, que apresenta demandas distintas. Nesse sentido, temas como a inclusão e acessibilidade tornam-se primordiais na agenda dos agentes públicos, que devem estar familiarizados com tais conceitos e aptos a combater o preconceito e promover a igualdade de condições de acesso dos cidadãos. Os conhecimentos e reflexões propostos, como a adaptação de espaços físicos, a adequação de linguagem, o acolhimento e o conhecimento da legislação concernente são alguns exemplos de atitudes que devem ser adotadas, a fim de perceber e atuar contra os diferentes tipos de barreiras (arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais dentre outras), seja por meio de ações pessoais ou comunicando à autoridade competente. Cabe ao serviço público proporcionar sempre melhores condições de acesso aos usuários, de forma a que a participação destes na vida social ocorra em igualdade de oportunidades.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**



Nesta seção apresento os temas tratados nos encontros, destacando as principais ideias, conceitos e/ou reflexões que nortearam a fala dos convidados bem como a interação com os participantes. Organizei a exposição em quatro categorias: “Inclusão”, “Acessibilidade”, “Direitos Humanos” e “Tecnologia digital e assistiva”. Os quadros apresentados nesta seção apresentam os encontros segundo os temas e o conteúdo programático correspondente. Após cada quadro, sintetizei a discussão dos encontros sem no entanto mencioná-los um a um, a fim de evitar repetições e garantir uma leitura mais fluida e pautada na centralidade de cada categoria.

**Quadro 1 - Encontros com o tema “Inclusão”**

<b>Tema do Encontro</b>	<b>Conteúdo programático</b>
Os sentidos da Educação Especial e Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</li> <li>● Fundamentos e conceitos -chave da Educação Especial em suas perspectivas, históricas, filosóficas, sociológicas e legais, da educação básica ao ensino superior.</li> </ul>
Compreendendo a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o seu modelo social	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação da PcD na efetivação de políticas públicas</li> <li>● O exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais assegurado</li> <li>● Direito à participação social sem barreiras</li> <li>● A Convenção e seu status constitucional</li> <li>● O artigo 24 e o direito à educação inclusiva</li> <li>● Como garantir um ambiente educacional acessível?</li> <li>● A situação do Estado do Paraná e o direito à Educação Inclusiva</li> </ul>
Direitos das pessoas com deficiência e Educação Anticapacitista	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Base legal para inclusão da PcD</li> <li>● Educação Anticapacitista como horizonte ético-político</li> <li>● Igualdade e participação plena das PcD</li> </ul>
Diálogos sobre Deficiência Mental, Neuropedagogia e Ensino colaborativo ( <b>Mesa</b> )	<p><b>O Ensino Colaborativo: uma abordagem filosófica/metodológica para a inclusão escolar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Contribuições da filosofia do “Ensino Colaborativo”, como forma de atendimento educacional especializado</li> <li>● Contribuições do Co-ensino como formação continuada em serviço.</li> </ul> <p><b>Compreendendo as altas habilidades/Superdotação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceituação características/perfil desse público,</li> <li>● Identificação, atendimento e aspectos legais</li> </ul>
Autismo e as práticas baseadas em evidências	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Autismo / Práticas Baseadas em Evidências</li> <li>● Compreensão leitora / Estratégias de leitura dialógica</li> </ul>
Diálogos Inclusivos com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Novo Viver sem Limite</li> <li>● SISNADEF</li> <li>● Acessibilidade</li> <li>● Reparação e Justiça de transição, participação social</li> <li>● Formação de liderança e interseccionalidade</li> </ul>



<p>Autismo: Conceitos e Neurodiversidade (<b>Mesa</b>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceituação de TEA</li> <li>● Conceituação de Neurodiversidade e implicações no contexto acadêmico</li> <li>● Autismo: construções históricas e construções sociais</li> <li>● A inclusão do aluno com TEA no Ensino Superior</li> <li>● O autismo e seu espaço / território social</li> <li>● Estigmatização do autismo: autismo é loucura? / Estereótipias</li> <li>● O autismo e suas comorbidades</li> <li>● O autismo como parte do mundo e não um mundo à parte.</li> </ul>
<p>História da educação especial, deficiência auditiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Resgate histórico da Educação Especial no Brasil</li> <li>● Marcos historiográficos que versam sobre o caráter assistencial/filantrópico até o momento atual da inclusão</li> <li>● Concepções históricas acerca das deficiências</li> <li>● Iniciativas nacionais no cenário de escolarização das PcD .</li> </ul>
<p>Deficiência Visual e Auditiva/Surdez - Conceitos, Práticas e Recursos (<b>Mesa</b>)</p>	<p><b>Formação para o Atendimento de pessoas com Deficiência Visual</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceitos de deficiência visual</li> <li>● Abordagens práticas / Recursos disponíveis / Encaminhamentos possíveis / Orientação e mobilidade</li> <li>● Ensino Braille / A desbrailização</li> </ul> <p><b>Formação para o Atendimento de pessoas com Deficiência Auditiva</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceitos de deficiência auditiva</li> <li>● Abordagens práticas / Recursos disponíveis / Encaminhamentos</li> </ul>
<p>Unindo Forças para a Inclusão: O Impacto do Trabalho Colaborativo da CNAPNE nas Práticas de Inclusão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● O papel e as contribuições da CNAPNE na criação de um ambiente mais inclusivo.</li> <li>● O trabalho colaborativo no fortalecimento das práticas de inclusão</li> <li>● Experiências e exemplos práticos que ilustram o impacto positivo do trabalho colaborativo.</li> <li>● Os desafios e a busca por estratégias que aprimorem a colaboração na implementação de práticas inclusivas.</li> </ul>
<p>Quem vê cara não vê deficiência! Compreendendo o invisível</p>	<p>A LBI garante que as pessoas com deficiência tenham direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e que não sofram nenhuma espécie de discriminação. Porém, a obediência à lei pode ser tornar complexa, porque nem toda deficiência é visível. A empatia, e o cuidado podem ser aliados ao tratar com a sociedade e nos relacionamentos interpessoais.</p>
<p>A universidade como espaço de inclusão para pessoas com Deficiência Intelectual</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Deficiência: modelo individual e modelo social</li> <li>● Limitações na capacidade de aprendizagem, no comportamento adaptativo e no conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas</li> <li>● A universidade como possibilidade para pessoas com DI expandirem suas habilidades</li> </ul>
<p>Inclusão na Educação: Caminhos para uma Aprendizagem Transformadora e Igualitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Olhares e perspectivas sobre a educação inclusiva</li> <li>● Causas que levam as pessoas a se sentirem discriminadas e afastadas dos bens fundamentais da sociedade</li> <li>● Reconceituação sociocomunitária da universidade pública</li> <li>● Dez idéias (mal)feitas sobre a educação inclusiva</li> </ul>



Atendimentos Especializado no Ensino Superior (Mesa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceitos gerais de acessibilidade e inclusão.</li> <li>● Direitos da PcD.</li> <li>● Atendimento a pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e psicossocial.</li> <li>● Políticas Públicas de Inclusão</li> </ul>
Linguagem Simples: Comunique com todo mundo	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Linguagem Simples (LS) como um recurso que facilita o acesso à informação.</li> <li>● O papel da LS no acesso à informação de uma forma fácil</li> <li>● A LS como um direito garantido pela Convenção sobre os Direitos da PcD</li> <li>● Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)</li> <li>● As pessoas são diferentes e aprendem de maneiras diferentes.</li> <li>● O DUA como um conjunto de possibilidades (materiais flexíveis, técnicas e estratégias para ampliar a aprendizagem de pessoas com ou sem deficiência).</li> </ul>
Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Definição, funções e características/ Objetivos / Público-alvo/ Legislação</li> <li>● Salas de Recurso Multifuncional (SRM) / Formação necessária</li> <li>● Diferença entre o professor do AEE e o profissional de apoio</li> <li>● AEE e gestão institucional / Relação com as famílias / Atividades desenvolvidas</li> </ul>

Fonte: A autora (2025)

Nos encontros deste eixo a Educação Especial foi trabalhada sempre a partir da perspectiva da Educação Inclusiva. Nele foram abordados os fundamentos e conceitos-chave da Educação Especial em suas perspectivas históricas, filosóficas, sociológicas e legais, da educação básica ao ensino superior.

A Educação Especial pode ser compreendida como um campo de conhecimentos científicos que compreende o desenvolvimento humano e saúde e que estruturou, ao longo do tempo, práticas de educação específicas. No sistema de organização do ensino, trata-se de uma “Modalidade de Educação Escolar” que recorre, quando necessário, aos serviços especializados multiprofissionais, incluindo os das áreas da saúde e da assistência social (Siems, 2024).

Uma das reflexões mais marcantes dos encontros foi a seguinte: “Se hoje existe a inclusão é porque, em algum momento, realizamos a exclusão”. Quem excluímos? Todos aqueles que, em algum momento fogem ao parâmetro de norma, de normalidade que socialmente valorizamos: os diferentes. E o que demarca a diferença? A história da humanidade variou, até aqui, nos critérios que definem o que é a norma e, a partir dela, o que será tido por anormalidade. Definidas a partir de um foco no padrão econômico e sempre, de classe, de capacidade e interesses na condição produtiva. Podem ser de gênero, étnicas, sócio-culturais ou biológicas. São culturalmente construídas podendo ser, portanto culturalmente desconstruídas. Destacou-se que a construção das diferenças atua como produtora de marca de valor, gerando desigualdades a partir de seus rótulos e estigmas (Siems, 2024).





**Quadro 2 - Encontros com o tema “Acessibilidade”**

Tema do Encontro	Conteúdo programático
<p>Diálogos sobre Acessibilidade como fator de inclusão (<b>Mesa</b>)</p>	<p><b>Acessibilidade Arquitetônica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Importância da acessibilidade arquitetônica.</li> <li>● Definição de acessibilidade arquitetônica.</li> <li>● Relação entre acessibilidade e inclusão.</li> <li>● Legislação e normas técnicas de acessibilidade (ex. NBR 9050).</li> <li>● Identificação de Barreiras Arquitetônicas</li> <li>● Tipos de barreiras: físicas, sensoriais e comunicacionais.</li> <li>● Exemplos práticos de barreiras em instituições educacionais.</li> <li>● Impacto das barreiras no processo de ensino-aprendizagem.</li> <li>● Soluções e Adaptações</li> <li>● Estratégias para remover ou mitigar barreiras arquitetônicas.</li> <li>● Adaptações que promovem a inclusão de alunos com diferentes necessidades.</li> <li>● Exemplos de boas práticas na UFPR e outras instituições.</li> </ul> <p><b>Empatia na tecnologia - Acessibilidade Digital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Definição de Acessibilidade Digital / Diretrizes de Acessibilidade</li> <li>● Público atendido em Acessibilidade Digital / Tecnologia Assistiva</li> <li>● Recomendações gerais no uso de recursos digitais por necessidades</li> </ul>
<p>Sociologia da Acessibilidade e Acessibilidade Comunicacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Comunicação e acessibilidade no contexto contemporâneo</li> <li>● Barreiras comunicacionais</li> <li>● Os códigos da língua de sinais / A virada linguística</li> <li>● A legitimação do estatuto do saber</li> <li>● A realidade simbólica e a complexificação do sentido</li> <li>● Como as diferenças são produzidas?</li> <li>● Acessibilidade Universal</li> <li>● Protagonismo das pessoas com deficiência</li> <li>● O reconhecimento político das diferenças culturais, sociais e individuais como horizonte</li> </ul>
<p>A acessibilidade curricular e o DUA como pontos de análise para a inclusão (mesa)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessibilidade curricular como direito humano</li> <li>● Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)</li> <li>● Possibilidades, desafios e desdobramentos</li> </ul>
<p>Quebrando Barreiras: Atitudes que Transformam a Acessibilidade” (Mesa)</p>	<p><b>Acessibilidade: Compromisso de cada um</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessibilidade /Barreiras / Mobiliário urbano / Desenho universal</li> <li>● Lei Brasileira de Inclusão</li> </ul> <p><b>Acesso Sem Limites: Superando Barreiras Atitudinais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● A Nova Perspectiva: Redefinindo Atitudes para a Acessibilidade</li> <li>● Além das Barreiras: Construindo uma Cultura de Inclusão</li> <li>● Transformando Atitudes: O Caminho para a Acessibilidade Plena</li> </ul>

Fonte: A autora (2025)



Passamos agora ao eixo “Direitos Humanos”. Embora o tema tenha sido abordado em diferentes momentos durante o curso, houve dois encontros em que o mesmo foi tratado de forma mais específica, conforme se pode verificar no quadro a seguir.

**Quadro 3 - Encontros com o tema “Direitos Humanos”**

<b>Tema do Encontro</b>	<b>Conteúdo programático</b>
Direitos Humanos em perspectiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Normas garantidoras dos direitos fundamentais</li> <li>● Constituição, Normas e Condutas para aplicação das leis</li> <li>● Pactos que garantem os Direitos Humanos</li> <li>● Avanços e desafios dos Direitos Humanos hoje</li> </ul>
Direitos Humanos e Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cidadania e Direitos Humanos</li> <li>● Organização Social e Condição Humana</li> <li>● Direitos Fundamentais: A Inclusão Social do Indivíduo e dos Grupos</li> <li>● Desafio da Inclusão e Sentimento de Pertencimento</li> </ul>

**Fonte:** A autora (2025)

O conhecimento acerca dos Direitos Humanos se tornou relevante no âmbito do curso pois seus temas dialogam diretamente com a inclusão social e com o sentimento de pertencimento.

Os direitos humanos visam garantir a dignidade e a integridade da pessoa, especialmente frente ao Estado e suas estruturas de poder, e a cidadania assegura o equilíbrio entre os direitos e deveres do indivíduo em relação à sociedade e da sociedade em relação ao indivíduo (MPSC, 2025).

Considerando que os participantes do curso são, em sua totalidade, servidores da UFPR, abordar tal assunto foi primordial, pois a universidade pública figura como uma importante instituição social do Estado, que, por sua vez, necessita assegurar o atendimento humanizado, inclusivo e democrático.

A inclusão na sociedade é um direito fundamental do indivíduo, direta e imediatamente, existindo em si, mas, além disto, é pressuposto material para o exercício e fruição de todos os outros direitos. Através da inclusão se constrói o valor e a ideia de pertencimento, porque só se sentindo integrante da sociedade, o indivíduo pode assumir seus deveres e exercer seus direitos (Jucá; Knoerr; Monteschio, 2018, p. 479).

A compreensão de que a inclusão social dialoga com o exercício cidadania foi apresentada aos participantes durante o curso, pelos palestrantes convidados. Logo, “o cidadão é o incluído na sociedade, e só nesta e com esta inclusão é que pode cogitar a concretização dos direitos fundamentais” (Jucá; Knoerr; Monteschio, 2018, p. 481).



A inclusão é essencial à dignidade humana. Nesta direção, cabe à toda a sociedade o engajamento na busca pela solução dos seus problemas. O Estado é sim um elemento de fundamental importância, porém não pode ser o único. Cada um de nós precisa assumir a postura ativa de sujeitos que não apenas respeitam mas também acolhem as diferenças com parte da constituição humana, afinal, “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças, e não com as igualdades” (Freire, 1998, p.108).

Passamos, neste momento, a relatar as experiências e aprendizados do último eixo: “Tecnologia digital e assistiva”. O tema foi abordado em dois encontros específicos, embora tenha sido tratado de forma mais diluída durante todo o decorrer da formação. Estes dois encontros registrados no quadro a seguir, enriqueceram a percepção dos cursistas quanto ao uso da tecnologia enquanto possibilidade e direito à inclusão, uma vez que os recursos associados permitem à PcD uma maior independência e autonomia nas atividades cotidianas, bem como ampliam as possibilidades de participação social.

**Quadro 4 - Encontros com o tema “Tecnologia digital e assistiva”**

<b>Tema do Encontro</b>	<b>Conteúdo programático</b>
Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Tecnologia assistiva como direito à inclusão</li> <li>● O que são e exemplos</li> <li>● Autonomia e equidade</li> </ul>
Acessibilidade Digital e Tecnologias Assistivas: dos documentos legais às práticas reais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conceito de Acessibilidade Digital</li> <li>● Conceito de Tecnologia Assistiva</li> <li>● Orientação legal</li> <li>● Exemplos e aplicações</li> </ul>

**Fonte:** A autora (2025).

A observação dos pontos trabalhados nos dois encontros indica uma abordagem inclusiva para as Tecnologias digitais e assistivas, para além de seu uso funcional. Assim compreendidas, as ferramentas tecnológicas, funcionam como processos de interações sociais mais amplas que se refletem em possibilidades para o “mundo social, quando se trata de interatividade, de cultura, de informação, de lazer”, além de novas aprendizagens (Cezar; Pereira; Fischer, 2021, p. 152). Como exercício de conceituação, pode-se compreender o seguinte:

Acessibilidade digital é garantir que documentos digitais, sites e aplicativos não tenham barreiras de acesso e que possam ser interpretados pelos recursos de tecnologia assistiva (mouses e teclados adaptados, leitores de tela, etc); No meio digital, pensar em acessibilidade significa garantir que todas as pessoas possam acessar, compreender, utilizar, interagir e contribuir com o meio digital (Cattai, 2024, p. 2).



Em um mundo altamente tecnológico e conectado, é inevitável o uso de recursos de acessibilidade. Nesse sentido, os dois encontros permitiram refletir sobre questões tais como: “entro em contato com esse assunto?” e “conheço os recursos de acessibilidade, sei como fazer?”. Evidenciou-se que a acessibilidade digital atende não somente o público diverso: pessoas com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, neurodivergentes e idosos, mas também pode trazer facilidades e benefícios a qualquer pessoa. Por exemplo: acessar um website com informações claras, menus intuitivos e organizados é interessante, indiferente de qualquer necessidade especial. Afinal, se para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis, para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis (Radabaugh, 1993).

## **METODOLOGIA**

Este relato de experiência ocorre após a finalização do curso de formação profissional intitulado “Inclusão e Acessibilidade para pessoas com deficiência”, nome inicialmente pensado e que posteriormente se mostrou limitado tendo em vista que a inclusão e a acessibilidade não devem ser buscados apenas para PcD. A ideia de espaços acessíveis e práticas inclusivas atendem a toda a diversidade humana, da qual fazemos parte. Em algum momento da vida é bem possível que todos necessitem de um ou mais recursos de acesso (uma rampa, uma bengala, um andador, um óculos, um aparelho auditivo, dentre outros). Logo, a proposição do título seria diferente após os conhecimentos adquiridos e a experiência vivenciada no decorrer dos encontros, de forma que não colocasse em evidência, apenas, a questão da deficiência.

Tendo feito tal esclarecimento, é importante registrar que o curso foi iniciado no mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro e para que findasse ainda no mesmo ano foi necessário concentrar dois encontros semanais, cada um com duas horas e trinta minutos de duração. Esta carga horária tão concentrada e a esta altura do ano trouxe dificuldades para que mais servidores participassem, resultando em um total de trinta e oito inscrições iniciais.

O objetivo geral e os específicos foram assim definidos:

### **Objetivo geral**

Espera-se que, ao final do curso, o servidor possa conhecer e refletir criticamente sobre as políticas de inclusão e acessibilidade de forma a promover uma Administração Pública inclusiva. Ao mesmo tempo, espera-se viabilizar e ampliar a participação das Pessoas com Deficiência nos ambientes e nas atividades oferecidas, por meio da capacitação e da ação ativa e receptiva de seus servidores.

### **Objetivos específicos**

- Conhecer os conceitos gerais de acessibilidade e inclusão.
- Conhecer os marcos históricos e principais legislações relativas à inclusão.



- Compreender os aspectos históricos e conceituais a partir da identificação de políticas de inclusão.
- Refletir sobre a inclusão social da pessoa com deficiência através da efetivação do direito à acessibilidade.
- Compreender as características do atendimento a pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e psicossocial.
- Identificar barreiras e preconceitos no processo de inclusão na sociedade, interpretando suas causas e identificando proposições para avanços na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência

Os encontros foram remotos e síncronos, onde os participantes podiam também interagir com os palestrantes e a instrutora/mediadora. Cada encontro teve um tema específico que foi pensado a partir da ementa geral do curso, que contemplava a “inclusão”, a “acessibilidade” e os “direitos humanos”.

O público alvo foram os servidores do quadro próprio da UFPR, por se tratar de uma qualificação profissional. Para os que não puderam realizar o curso na íntegra, foi aberta a possibilidade de participarem de alguns encontros pontuais, com certificado de evento de extensão.

Os encontros síncronos foram realizados via Teams e os materiais fornecidos pelos palestrantes (slides, livros ou artigos publicados, sugestões de leituras ou vídeos) foram disponibilizados na UFPR Virtual (moodle), incluindo a gravação dos encontros para aqueles que, eventualmente, não puderam estar presentes ou para aqueles que desejassem revê-los.

Embora o período para o cumprimento das sessenta horas tenha sido curto (de setembro a dezembro de 2024), trinta participantes chegaram ao final do curso, com frequência e aproveitamento a partir de 75%. Não houve avaliação, porém, ao final de cada encontro, os participantes respondiam a um questionário (*google forms*) com questões que conduziram à reflexão sobre a aplicabilidade prática dos conhecimentos adquiridos. Algumas percepções serão trazidas no próximo tópico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste tópico apresento algumas percepções e avaliações dos participantes sobre o curso como um todo: os temas, os palestrantes, a metodologia e a mediação.

Embora, especialmente na última década, muito se tenha falado e publicado sobre a inclusão, é bem verdade que nem sempre ela é tomada a partir de diferentes olhares e perspectivas. Isto porque o tema não se limita, apenas, à destacar os direitos das pessoas com deficiência ou de situar a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva. Trata-se de refletir a partir de um ponto de vista mais amplo: “Quais são as causas que levam as pessoas a se sentirem discriminadas e afastadas dos bens fundamentais da sociedade?” e o que é necessário para que haja uma “reconceituação sociocomunitária da universidade pública?”, vez



que sob esta perspectiva “as universidades não devem ser vistas apenas como centros de excelência acadêmica e produção científica, mas como espaço de interação dinâmica com as comunidades locais e regionais” (Ziesmann, 2024, slides 4 e 28).

Pensar a inclusão significa pensar nas diferenças enquanto inerentes à condição humana. Assim, é importante pensar sobre “como pensamos essa diferença ou como narramos sobre ela: com preconceitos, estereótipos, capacitismo, vitimismo, impossibilidades...” (Ziesmann, 2024, slide 7).

E o que significa pensar as diferenças e como fazê-lo sem anular os outros? Sem a tendência que existe em “padronizar” e “normalizar” as pessoas e como elas funcionam? Infelizmente nossa sociedade ainda utiliza a categorização por meio de padrões estáticos e hegemônicos. Nesse sentido, uma importante tarefa foi apresentada aos cursistas: transformar a universidade em um espaço inclusivo, democrático e acolhedor. Valorizar a diversidade como riqueza e não como barreira. Conhecer e apropriar-se de recursos (tecnológicos ou não) que atendam às diferentes necessidades. Despir-se de preconceitos e discriminações (racismo, capacitismo, machismo, sociais, religiosos...). Além disso, os participantes foram levados a refletir sobre o verdadeiro papel da universidade pública: promover a justiça social, integrar suas demandas com as da sociedade e investir em projetos (pesquisa e extensão) que promovam a inclusão e a equidade.

A partir deste enfoque o curso foi sendo construído e a seguir apresento alguns dos *feedbacks* recebidos ao final do mesmo:

*“Eu atuo na secretaria do curso de mestrado de Ensino das Ciências Ambientais na UFPR Litoral e o curso foi fundamental para aprofundar as práticas de inclusão nos atendimentos da secretaria. Apesar de não ter estudantes com deficiência no momento, o curso trouxe a experiência de treinar o olhar para a sensibilidade e empatia nos atendimentos. E dar maior segurança para a prática da inclusão”.*

*“Agradeço imensamente pela oportunidade, foi a primeira vez que estudei sobre acessibilidade e inclusão! Todos os temas válidos e enriquecedores, faria até o curso novamente para tentar me aprofundar, pois foi muita informação para quem é novato. Ainda assim consegui aprender um pouquinho, e tenho atualizado o modelo de orientações que temos na equipe pedagógica da CIPEAD para as análises de cursos que inserem CH EaD, já é um primeiro passo. Mas sem dúvida preciso continuar a caminhada, para efetivar mudanças mais significativas como Pedagogia na UFPR”.*

*“Esse curso serviu muito para mostrar o quanto nós precisamos avançar nessas questões relacionadas à educação inclusiva. Sou grata por todas as ferramentas que o curso disponibilizou, pelas trocas com os colegas, e também por entender melhor questões da Universidade como um todo. Somos*



*servidores técnicos ou docentes das mais diferentes áreas espalhados por todos os campi”.*

*“O curso foi muito bom, curso necessário para discutirmos a acessibilidade na UFPR, que embora seja uma universidade centenária, não há regulamentações para o atendimento especializado às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento”.*

*“Agradeço muito pela oportunidade de participar desse curso que foi extremamente enriquecedor, contribuiu muito para atualização do meu conhecimento a respeito de temas relacionados à inclusão e acessibilidade. Para mim, que já vinha atuando no acolhimento psicológico na assistência estudantil e agora atuarei na SIPAD, diretamente no NAPNE, foi importantíssimo. Compartilhar conhecimento, conhecer realidades de outros profissionais, de outros serviços é muito necessário e importante para a prática e o real atendimento dessas demandas.”*

*“O curso foi excelente, além de contribuir na prática profissional, contribuiu na nossa formação humana”.*

A partir da observação destes registros, nota-se que o curso permitiu aos participantes estender os aprendizados para além do espaço de trabalho, levando-os também para o campo das relações sociais e familiares. Até mesmo porque não é possível sermos inclusivos e acolhedores de forma parcial. Trata-se de uma postura que atravessa o todo que nos compõem. Que não se separa em partes ou que estabelece (pré)condições. Se sou, sou por inteiro, “sem mais” e “sem menos”.

Gilles Deleuze, filósofo francês contemporâneo, dedicou-se a investigar a mudança de conceitos no indivíduo. Em sua obra “Diferença e repetição” (1968) situou as diferenças como uma filosofia. A “filosofia da diferença” se interessa menos pelas semelhanças e identidades e muito mais pelas singularidades e particularidades (Deleuze, 2006). Uma das mais distintivas características humanas é o fato de sermos únicos, singulares e por isso, especiais. A reflexão trazida pela obra, é a de que possamos caminhar na direção da superação da intenção de “transformar” ou “inventar” o outro e torná-lo “o mesmo”. Nesse sentido é interessante, também, lembrar que:

Nós, humanos, achamos linda a natureza e a admiramos suas diversidade, suas cores, suas formas, suas texturas, enfim, suas diferentes maneiras de se manifestar. No entanto, quando essa diversidade acontece entre a nossa espécie, reagimos estabelecendo preconceitos que afastam de nosso convívio as pessoas com diferenças mais acentuadas. Organizamos o mundo de acordo com certos padrões de normalidade, e quem não se enquadra neles é rejeitado (Lippo, 2017, p. 58).



Deste excerto fica evidenciado que as diferenças, embora nos constituem, tornam-se fatores de discriminação, de rejeição e exclusão. Adentra-se ao tema da “produção social das diferenças” (Teske, 2017), como produto de padrões e normas sociais clínicas. Ter consciência dessa construção faz “acender o sinal alerta” para evitar pensamentos e comportamentos que reforçam preconceitos e acentuam as desigualdades. Por isso, a importância de uma qualificação profissional que permita reformular nossas próprias ideias sobre essas questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja possível observar avanços importantes na legislação e nas práticas relativas à inclusão, acessibilidade e direitos humanos, é comum a ocorrência de situações que prejudicam ou até mesmo impedem a participação social com equidade para todas as pessoas, em especial, às pessoas com deficiência.

Cabe à universidade pública, considerando a sua função precípua de promover uma educação transformadora, responsabilizar-se por ampliar as oportunidades de integração e participação social de todas as pessoas, sem exceção.

O curso de qualificação profissional aqui relatado buscou aproximar os participantes deste objetivo, conhecendo e interagindo com os principais conceitos que se relacionam com a temática do mesmo, bem como conhecendo e discutindo as suas implicações para o serviço público nesta importante instituição social.

Finalizo com uma belíssima reflexão trazida por Rodrigues (2006), que nos diz que a inclusão não é um problema a resolver, mas uma oportunidade valiosa para aprender a viver juntos. Afinal, diferentes olhares e perspectivas sobre a inclusão ajudam a compreender a sua complexidade e os seus desafios, além de reforçar a importância de um esforço coletivo para torná-lo, cada vez mais, realidade.

## REFERÊNCIAS

CATTAL, Fabiane. **Acessibilidade Digital Construção da Empatia na Tecnologia**. Módulo do curso de Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência ministrado em 17 de setembro de 2024 pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - Unidade de Capacitação e Qualificação. Mediação: Dra. Raquel Angela Speck. Disponível em: Arquivo pessoal. Acesso em 12 jan 2025.

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; PEREIRA, Adriano de Souza; FISCHER, Katherine. Percepção de acadêmicos surdos sobre a Plataforma Virtual Moodle. **Revista Linguagem em Foco**, v.13, n.3, 2021. p. 149-167. Disponível em:



<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/arti-cle/view/6770.10.46230/2674-8266-13-6770>, Acesso em 12 jan 2015.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FONSECA, Ana Paula Araujo. **Compreendendo a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o seu modelo social**. Online. 4 out. 2024. Apresentação de Powerpoint. 38 slides. color. Disponível em: Arquivo pessoal. Acesso em: 9 jan. 2025.

FONSECA, Ana Paula Araujo. Política de educação especial no estado do Paraná: caminhando na contramão da educação inclusiva. **Debates em Educação**. Vol.15. Nº. 37. 2023. Doi: 10.28998/2175-6600.2023v15n37pe16628. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/16628/11204>. Acesso em 09 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JUCÁ, Francisco Pedro; KNOERR, Fernando Gustavo; MONTESCHIO, Horácio. Direitos Humanos e Inclusão Social. **Revista Jurídica**. Vol. 03, nº. 52, Curitiba, pp. 478-507, 2018. Disponível em <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3270/371371778>. Acesso em 10 jan 2025.

LIPPO, Humberto. Terminologia: uma questão de protagonismo. In: TESTKE, Ottmar (org). **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

MPSC. Ministério Público de Santa Catarina. **Direitos Humanos e Cidadania**. Disponível em: <https://mpsc.mp.br/areas-de-atuacao/direitos-humanos-e-cidadania>. Acesso em 10 jan 2025

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities - A report to the president and the congress of the United State**, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em <https://eric.ed.gov/?id=ED355696>. 1993.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SIEMS, Maria Edith Romano. **Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência**. Online. 20 set. 2024. Apresentação em Power Point. 19 slides. color. Disponível em: Arquivo pessoal. Acesso em: 9 jan. 2025.



TESKE, Ottmar. Acessibilidade comunicacional. In: TESTKE, Ottmar (org). **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

ZIESMANN, Cleusa Inês. **Inclusão na educação**: Caminhos para uma aprendizagem transformadora e igualitária. Teams. 26 nov. 2024. Apresentação de Power Point. 45 slides. P&B. Disponível em: Arquivo pessoal. Acesso em: 13 jan. 2025.